XVI Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo
18 a 20 de setembro de 2019 – Curitiba/PR

A multiterritorialidade dos trabalhadores do turismo de Arraial do Cabo (RJ)

Juliana Carneiro
Aguinaldo Cesar Fratucci

Resumo
O turismo entendido como fenômeno socioespacial (re)produz e consume o espaço apropriado através de seus agentes sociais, tornando-os territórios turísticos. Ao levarmos em consideração as interrelações dos agentes do fenômeno do turismo, presenciamos um espaço marcado pelas multiterritorialidades. Por isso, o fenômeno deve ser observado para além das ações exclusivas dos turistas, uma vez que os outros agentes também (re)produzem o espaço, incluindo os trabalhadores. Nesse sentido, assumimos que eles fazem parte do fenômeno do turismo e não é somente um agente que compõe essa atividade econômica. No entanto, os trabalhadores ainda não estão em foco nos debates e pesquisas, e muito menos, incluídos em ações efetivas do poder público. Para isso, este trabalho busca discorrer sobre o uso territorial dos trabalhadores do turismo de Arraial do Cabo (RJ), na figura dos trabalhadores da hotelaria, tendo em vista a realidade multiterritorial e complexa na dimensão do fenômeno do turismo. A metodologia, de caráter qualitativo, consistiu na aplicação de questionários semiestruturados pela técnica de entrevistas em sondagens, com base nas orientações teórico-metodológicas de Baptista (2014) e Morin (2005). Nesse cenário, os fluxos dos trabalhadores do turismo de Arraial do Cabo não se restringem somente aos movimentos pendulares diários, de ida e de volta do trabalho, mas em todos os seus tipos de mobilidades, incluindo àquelas vinculadas ao lazer. A análise dos resultados nos permitiu observar que a mobilidade dos trabalhadores moradores de Arraial do Cabo se mostra restrita, uma vez que a oferta de lazer para esse grupo é escassa, limitando as articulações e mobilidades dos trabalhadores em uma multiterritorialidade mais funcional do que simbólica. Ademais, as discussões sobre os processos de transterritorialidade foram fundamentais para entender as trocas culturais e simbólicas entre os trabalhadores e os turistas, a mobilidade de papéis de um mesmo indivíduo, a tríade territórios de trabalho, lazer e domicílio.

Palavras-chave: multiterritorialidade; transterritorialidade; mobilidade; trabalhadores do turismo; Arraial do Cabo, RJ.

1. Introdução

O fenômeno do turismo a partir de seus agentes sociais (re)produz e consume o espaço por eles apropriado, refuncionalizando-os como territórios turísticos (FRATUCCI, 2008), sendo resultado da prática turística que ao mesmo tempo em que a concretiza é transformado por ela, por um processo dialético de desterritorialização e reterritorialização (RODRIGUES, 2006).

Ao considerarmos as interrelações dos agentes do fenômeno do turismo, presenciamos o espaço marcado pelas multiterritorialidades, uma rede complexa de relações (FRATUCCI, 2014) ocasionada pelos territórios sobrepostos (HAESBAERT, 2004). Assim, propomos que o fenômeno seja observado para além das ações dos turistas, uma vez que outros agentes também (re)produzem o espaço, incluindo os trabalhadores.

Os trabalhadores do turismo, à primeira vista, se relacionam com o espaço urbano como mão de obra da atividade econômica que ocorre. No entanto, isso não impede que nosso olhar considere outras variáveis da realidade, como o meio onde estão inseridos. Ao assumir que eles agem na produção do espaço apropriado pelo e para o turismo, assumimos que fazem parte do fenômeno do turismo e não são apenas um agente da atividade econômica.

Dada a importância do tema e da abordagem ao reconhecer que atualmente o espaço se apresenta multiterritorial, com alto poder de (des/re)territorialização, analisar os processos de territorialização dos trabalhadores do turismo se mostra fundamental. Apesar disso, os trabalhadores não têm papel central nas discussões de políticas públicas de turismo no Brasil e as pesquisas científicas sobre eles também caminham a passos curtos.

Para isso, neste trabalho seguimos as propostas de Haesbaert (2007), entendendo que o território se manifesta em sentido multiescalar e multidimensional que só pode ser devidamente apreendido a partir de uma concepção de multiplicidade, tanto na perspectiva de convivência dos diversos tipos de território quanto da construção efetiva da multiterritorialidade.

Nesse contexto, o pensamento complexo nos ajuda a reconhecer as incertezas e desordens (MORIN, 2005) da realidade espacial marcada pela multiterritorialidade contemporânea articulada reticularmente ou em territórios-rede (HAESBAERT, 2014), tendo o fenômeno do turismo papel central nas (re)configurações espaciais nas escalas local e global (FRATUCCI, 2008). Sua análise crítica contribui para o entendimento do objeto em si e da sua episteme (MOESCH, 2004).

Partindo dessa problemática, nosso objetivo geral é compreender o uso territorial dos trabalhadores do turismo de Arraial do Cabo (RJ), especificamente dos trabalhadores da hotelaria, a partir da realidade multiterritorial e complexa na dimensão do fenômeno do turismo. Para isso, nos pautamos pelos seguintes objetivos específicos: a. compreender as fases socioeconômicas do município; b. descrever seu o processo de evolução urbana, com foco no turismo; c. inventariar e mapear os meios de hospedagem de Arraial do Cabo; d. problematizar a utilização teórica do termo trabalhador do turismo; e. identificar e mapear o território produzido pelos trabalhadores dos meios de hospedagem do município; f. relacionar os fluxos e mobilidade dos trabalhadores com o território turístico da localidade; g. entender como se dão os processos multiterritoriais dos trabalhadores do turismo em vista o espaço turístico.

2. Multiterritorialidade do fenômeno do turismo

No âmbito da Geografia, o espaço representado se torna território, pois alguém se apropriou dele e, assim, são reveladas relações marcadas pelo poder (RAFFESTIN, 1993). Portanto, o território deve ser observado na multiplicidade de suas manifestações e na

multiplicidade de poderes, nele incorporado através dos múltiplos sujeitos envolvidos (HAESBAERT, 2007).

Dois pares de discussões sobre o território nos são essenciais para entender a multiterritorialidade: as dimensões funcionais e simbólicas e as lógicas de territorialização zonal e reticular (HAESBAERT, 2004).

Os processos de territorialização carregaram consigo as dimensões funcionais e simbólicas que o território possui. O território é funcional pelo seu papel como recurso natural e substrato material. Já pela ótica simbólica ele está relacionado com a identidade, a partir do espaço vivido. Tais dimensões nunca se manifestam em estado puro, uma vez que todo território funcional tem sempre alguma carga simbólica, e todo território simbólico tem sempre algum caráter funcional (HAESBAERT, 2004).

O conceito de território também abrange discussões sobre duas lógicas básicas de territorialização: zonal e reticular. A primeira privilegia a homogeneidade e exclusividade pelo controle de áreas e limites ou fronteiras de maneira contínua (território-zona). Já a segunda, evidencia a heterogeneidade e a multiplicidade, inclusive no sentido de admitir sobreposições espaço-temporais, através do controle de fluxos e polos de conexões ou redes, de maneira descontínua (território-rede). Importante salientar que as duas lógicas não devem ser observadas de forma isolada, uma vez que são complementares e concorrentes no espaço (HAESBAERT, 2014).

O conceito de território, agora complexificado, se desdobra em outras variações, como territorialização (o processo de criação de um território), desterritorialização (a destruição dos vínculos territoriais) e reterritorialização (‘adequação’ a um novo território). Com isso, Haesbaert (2004) prefere falar não em desterritorialização simplesmente, mas em multiterritorialidade, ressaltando que nos processos de territorialização muito mais do que perder ou destruir territórios, vivenciamos a intensificação e complexificação de um processo de reterritorialização multiterritorial.

A realização espaço-temporal da sociedade atual é marcada por múltiplas formas de organização territorial e sua intensificação leva Haesbaert (2004) denominá-la de multiterritorialidade, entendida como a ocorrência de diversos territórios sobrepostos no espaço. A multiterritorialidade atual, “pós-moderna”, aparentemente mais complexa, reticular, pelo seu caráter sucessivo onde se conjugam territórios descontínuos ou territórios-rede, permite percorrer consecutivamente diversos territórios e está relacionada com o controle dos fluxos. Já a multiterritorialidade “moderna”, resultado de uma sobreposição simultânea de “múltiplos territórios”, por encaixe de vários territórios-zona (todos dentro do mesmo padrão de relações de poder) possui preocupação com o controle de áreas, quase sempre contínuas e com fronteiras claramente definidas (HAESBAERT, 2004).

Um desdobramento da multiterritorialidade é a transterritorialidade entendida como uma “manifestação de uma multiterritorialidade em que a ênfase se dá no estar-entre, no

efetivamente híbrido, produzido através dessas distintas territorialidades" (HAESBAERT , 2014, p. 285).

Enquanto a multiterritorialidade pode implicar a passagem de um território (ou territorialidade) para outro, a transterritorialidade vai além: envolve não apenas o trânsito ou a passagem de um território para outro, mas a transformação efetiva dessa alternância em uma situação nova, muito mais híbrida com a vivência concomitante de múltiplos territórios, articulados e sobrepostos (HAESBAERT; MONDARDO, 2010).

O espaço geográfico é formado por um conjunto indissociável, solidário e contraditório de sistemas de objetos e de ações que não devem ser considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá (SANTOS, 2008). Por isso, ao entender que o turismo é uma das variáveis que compõe a configuração territorial, a partir de seu uso, Telles e Valduga (2015, p. 8) propõem entender o fenômeno "não somente como uma camada técnica sobreposta ao espaço, mas como abertura interpretativa de uma realidade".

O espaço turístico não se encerra em si, ele é o espaço receptáculo e, ao mesmo tempo, o espaço emissor, não se limitando à ideia de destino e de espaço de oferta e demanda. É o espaço da desterritorialização e da reterritorialização (incluímos a multiterritorialidade), do nomadismo e do sedentarismo (entendendo também a partir da i-mobilidade), formado pelas redes técnicas, que podem ser imperfeitas e que permitem os fluxos (VALDUGA, 2012).

Sobre um mesmo trecho de espaço ocorrem diversos processos de territorialização que se superpõem e compõem o território do turismo, composto pelos territórios produzidos por cada um dos agentes sociais responsáveis pelo acontecer do fenômeno turístico, a saber, territórios dos turistas, dos agentes do mercado, do poder público, dos trabalhadores da atividade (diretos e indiretos) e do território da população local (FRATUCCI, 2014).

A ocorrência desses diversos territórios dos agentes sociais do turismo sobrepostos no mesmo espaço pode ser analisada pela ótica da multiterritorialidade (HAESBAERT, 2004). Por ser uma prática social marcada pelo hibridismo territorial, os territórios se sobrepõem subjugados às novas temporalidades e o resultado é que nada será como antes, considerando-se que a dinâmica territorial é sempre um processo contínuo de criação e recriação de territorialidades (RODRIGUES, 2006).

No âmbito dos estudos do Turismo torna-se essencial o interesse pelas pessoas ao estudar a geografia de uma localidade, em qualquer escala. Entender o espaço urbano apenas como palco ou como mero pano de fundo para os acontecimentos não é suficiente, o que nos leva a olhar a cidade como um espaço vivido, grande propulsor e fomentador para os acontecimentos de ordem política, econômica e cultural no desenvolvimento das cidades, a partir de relações de poder exercidas pelo uso dos territórios.

Segundo Lévy (2001), há uma infinidade de cidades numa cidade, uma multidão de microacontecimentos que (re)produzem o espaço a partir do indivíduo. No interior deste conjunto cada um pode inventar a sua cidade, escolhendo os lugares que lhe interessam e

eliminando outros. O que não significa que o capital espacial seja o mesmo para todos, uma vez que as desigualdades são óbvias.

Por este motivo não se deve limitar o debate das mobilidades aos turistas, pois o fazer turismo é apenas uma forma de mobilidade temporária, e por isso é relacionada também a outras formas de movimento (HALL, 2008 *apud* ALLIS, 2016). Fratucci (2014) reforça tal entendimento ao afirmar que o espaço apropriado pelo e para o turismo é maior que o território do turista, uma vez que é resultado do somatório dos territórios sobrepostos de todos os seus agentes sociais produtores.

Esse exercício de ampliação do olhar nos permite reconhecer e valorizar todos os envolvidos no acontecer do turismo, não só no fazer turístico. Deve-se abranger o fenômeno socioespacial em todos os seus meandros, e não somente à prática da atividade econômica.

3 Trabalhadores do turismo

O fenômeno do turismo é multiescalar, multiterritorial, multidimensional, diversificado em sua atividade econômica, variável em segmentos de mercado, diverso sobre os setores das políticas públicas e seus agentes sociais podem mudar a partir de determinadas realidades observadas. Portanto, as discussões não podem ser restritas exclusivamente a uma definição fechada, por possuir caráter multi/interdisciplinar, o que dificulta e, ao mesmo tempo, enriquece suas questões epistemológicas.

Nesse sentido, entendendo a lógica multiterritorial do turismo e a diversidade de seus estudos, propomos entender os trabalhadores do turismo como todos os indivíduos que exercem determinadas funções relacionadas à atividade turística, direta ou indiretamente, dentre as mais diversas dimensões e abordagens “dos turismos”. Esta definição deve ser guiada e embasada pelo pesquisador e/ou pela linha de uma área de conhecimento, a partir de uma matriz teórico-filosófica, a fim de justificar e dar legitimidade a determinadas escolhas.

3.1 Os trabalhadores do turismo e seus processos de territorialização

Os limites da integração espacial na escala urbana são expressos pelos limites geográficos do mercado de trabalho (SMITH, 1988 *apud* PERPETUA, 2010). Por isso, não se deve negligenciar o papel dos novos fluxos de população residente que demandam os territórios turísticos com fins de trabalho (formal e informal) (RODRIGUES, 2006).

A partir de seus processos de apropriação do espaço urbano, seus fluxos e movimentos pendulares, os trabalhadores podem ter lógicas funcional e simbólica e ao terem seus territórios-rede confrontados com os territórios-zona (poder público), nos revelam a dimensão regional de análise, pois tais fluxos podem não se manter dentro dos limites político-administrativos.

Entendendo que o território traz com ele questões sobre poder, tendo em vista tal sobreposição espacial do trabalhador com os demais agentes, cabe a pergunta "Quem domina ou influencia e como domina ou influencia esse espaço?" (SOUZA, 2013, p. 79).

Melliani e Gomes (2010), ao tratarem sobre a alienação do trabalho, afirmam que essa relação de poder vai além do estranhamento do trabalhador com seu objeto de trabalho, dado que existe também estranhamento entre o trabalhador e o turista, entre o indivíduo que trabalha e aquele que usufrui do ócio e do lazer.

Portanto, a multiterritorialidade também pode ser vista a partir do encontro do trabalhador com o turista, por conta desse encontro de alteridades. Levar em consideração a distinção entre a vivência de múltiplos territórios e a efetiva multiterritorialidade articulada em territórios flexíveis pode ser uma maneira de analisar essa aparente dicotomia entre esses dois agentes sociais do turismo. Pensar sobre aspectos da mobilidade funcional/física (por onde, como, quando se deslocam) e simbólica/identitária (quais são seus referenciais espaciais simbólicos nos territórios apropriados, pelos níveis de identificação) nos parecem ser também norteadores.

Por outro lado, ao analisarmos o espaço turístico com foco nos trabalhadores devemos fugir da unilateralidade ao afirmar que um local é estritamente turístico ou marcado pela mobilidade de uns, apresentando-se como um território fraco em sentido simbólico para o morador e para o trabalhador. Há que se destacar sobre as diversas relações sociais que convivem além do olhar do turista.

Os trabalhadores que estão presentes nessas localidades fazem delas, muitas vezes, seu lugar, seu espaço vivido. Ainda que seu processo de territorialização seja funcional (por conta do exercício de sua atividade laboral), também possui dimensões simbólicas significativas. Isso porque esse indivíduo passa muitas horas do dia em seu local de trabalho, desenvolve relações afetivas com amigos/colegas de trabalho e interage e conhece os turistas para quem presta serviço.

Ao considerarmos a presença do trabalhador o simbolismo pode se figurar como uma resistência simbólica em relação ao seu território apropriado (HAESBAERT, 2014) e não somente como alienação pelo trabalho, ainda que de maneira sutil e/ou não intencional.

As consequências das práticas turísticas nas localidades têm ligação direta com os usos e apropriações dos territórios dos próprios trabalhadores. Ao mesmo tempo em que seus territórios afetam o espaço turístico, ele é afetado de volta, em uma relação recursiva e complementar (MORIN, 2005), no âmbito do espaço turístico. Tais usos na realidade, por vezes, podem se confundir tornando seus processos de apropriação mais complexos, uma vez que não temos a clara divisão de quando e onde começa e termina determinada prática social de cada território.

4. Caminhos da pesquisa

Ao admitir a complexidade dos estudos do Turismo, reconhecemos que seus estudos exigem posturas metodológicas mais atentas que não neguem as contradições e incertezas da sua realidade. Neste sentido, o paradigma da complexidade nos auxilia na compreensão da realidade através dos princípios dialógico, da recursão e hologramático (MORIN, 2005). A metodologia "deixa de ser uma engrenagem dura e rígida, definida a priori, e passa a ser construída no processo, a partir de sinalizadores" (BAPTISTA, 2014, p. 345). Tal abordagem segue a lógica do fazer fazendo, orientando-se por decisões que emergem do campo , formam a "trilha da viagem", constituída por uma trama de trilhas pautadas nos saberes pessoais, saberes teóricos e laboratório de pesquisa.

Em linhas gerais, este trabalho apresenta uma pesquisa empírica e exploratória de caráter qualitativo, podendo ser dividida em três momentos realizados em conjunto com as trilhas de pesquisa, permitindo compor a totalidade (mesmo que em parte, sempre incompleta) (BAPTISTA 2014).

Em nossa primeira trilha, onde os nossos saberes pessoais foram recuperados e revisitados, definimos os grandes objetos/conceitos que gostaríamos de estudar: os trabalhadores do turismo e Arraial do Cabo, a partir de uma visão geográfica. Ao buscarmos os saberes teóricos que poderiam nortear nossas reflexões (segunda trilha), percebemos que pouco se estudou sobre os trabalhadores do turismo e o território, sobretudo, Arraial do Cabo como objeto. A partir disso, muitas indagações foram levantadas: Quem seriam os trabalhadores do turismo? Arraial do Cabo seria um "bom" campo de pesquisa para esse objetivo? Como ir a campo e levantar discussões teóricas sobre os estudos do Turismo?

Em um primeiro momento, pensamos em analisar especificamente o território-rede dos trabalhadores do turismo. Ao levar em conta o caráter de movimento deste conceito, nos seria permitido observar a cidade a partir dos fluxos e mobilidades dos agentes. No entanto, ao longo de observações e pesquisas iniciais para aproximação com o fenômeno estudado (BAPTISTA, 2014), pelas características do município e dos (possíveis) entrevistados, optamos por ampliar o corpo teórico para além do território-rede, incluindo discussões da multiterritorialidade. Por isso, passamos da técnica de questionários semiestruturados para a técnica de sondagens com questionários semiestruturados (VEAL, 2011).

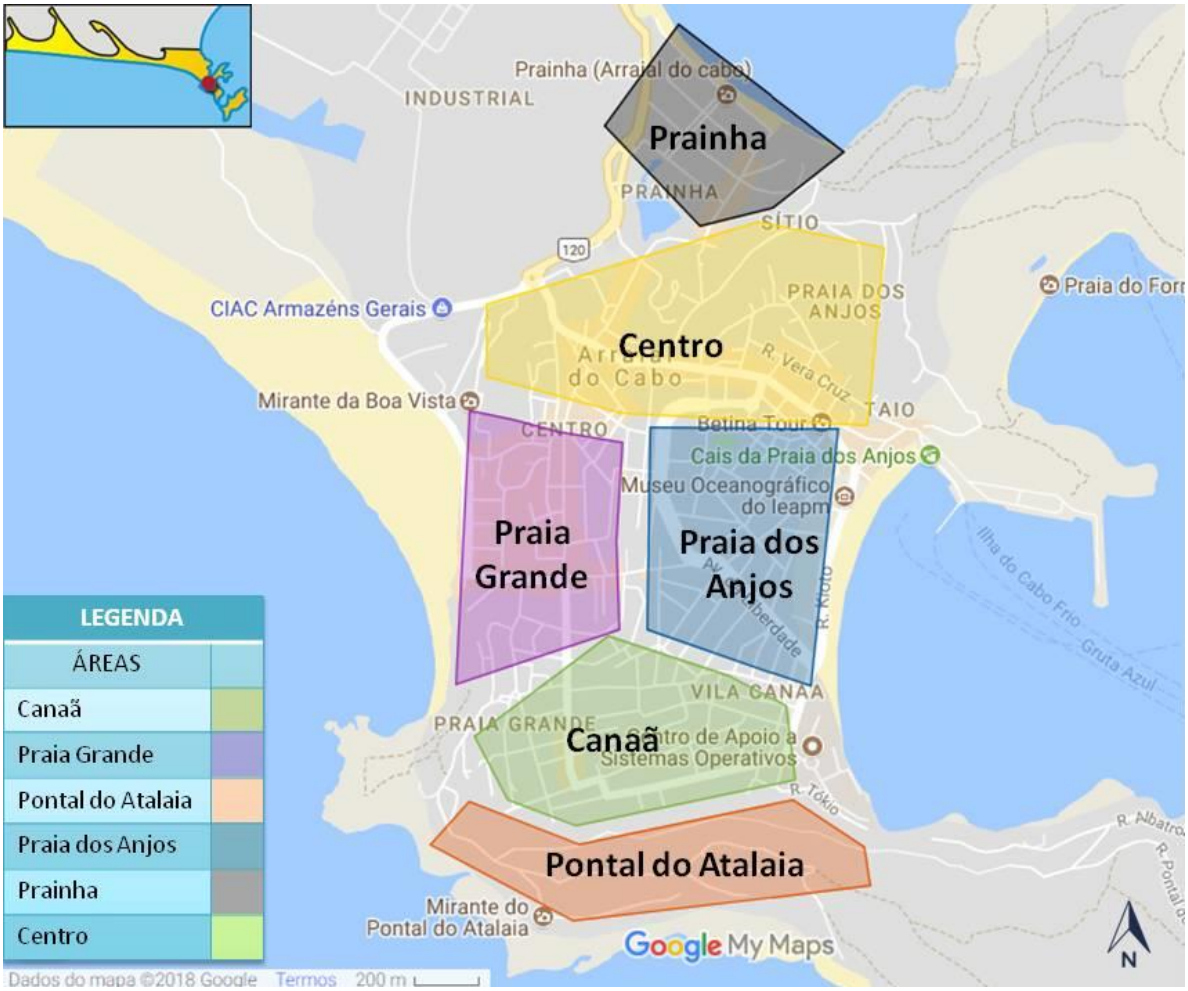
Na terceira trilha, o laboratório de pesquisa teve três momentos: dois primeiros exploratórios e o terceiro relacionado com a efetiva coleta dos dados principais. O primeiro momento está relacionado com o termo de trabalhadores do turismo e a possibilidade de chamá-los como tal.

O segundo momento do campo esteve relacionado com o mapeamento da hotelaria de Arraial do Cabo, RJ. Foram identificados 120 meios de hospedagem a partir de buscas *online* em anúncios da oferta hoteleira e observação presencial nas ruas do município. Após esse

levantamento, entramos em contato com cada estabelecimento, durante o mês de dezembro de 2017, a fim de levantar-se o número de unidades habitacionais e leitos disponíveis.

Chegamos ao número de 102 meios de hospedagem, após a exclusão dos estabelecimentos que não conseguimos contatar e os que se enquadravam como hospedarias familiares. Ao analisar a organização territorial destes estabelecimentos dividimos a área do distrito sede de Arraial do Cabo em sete áreas (Figura 1).

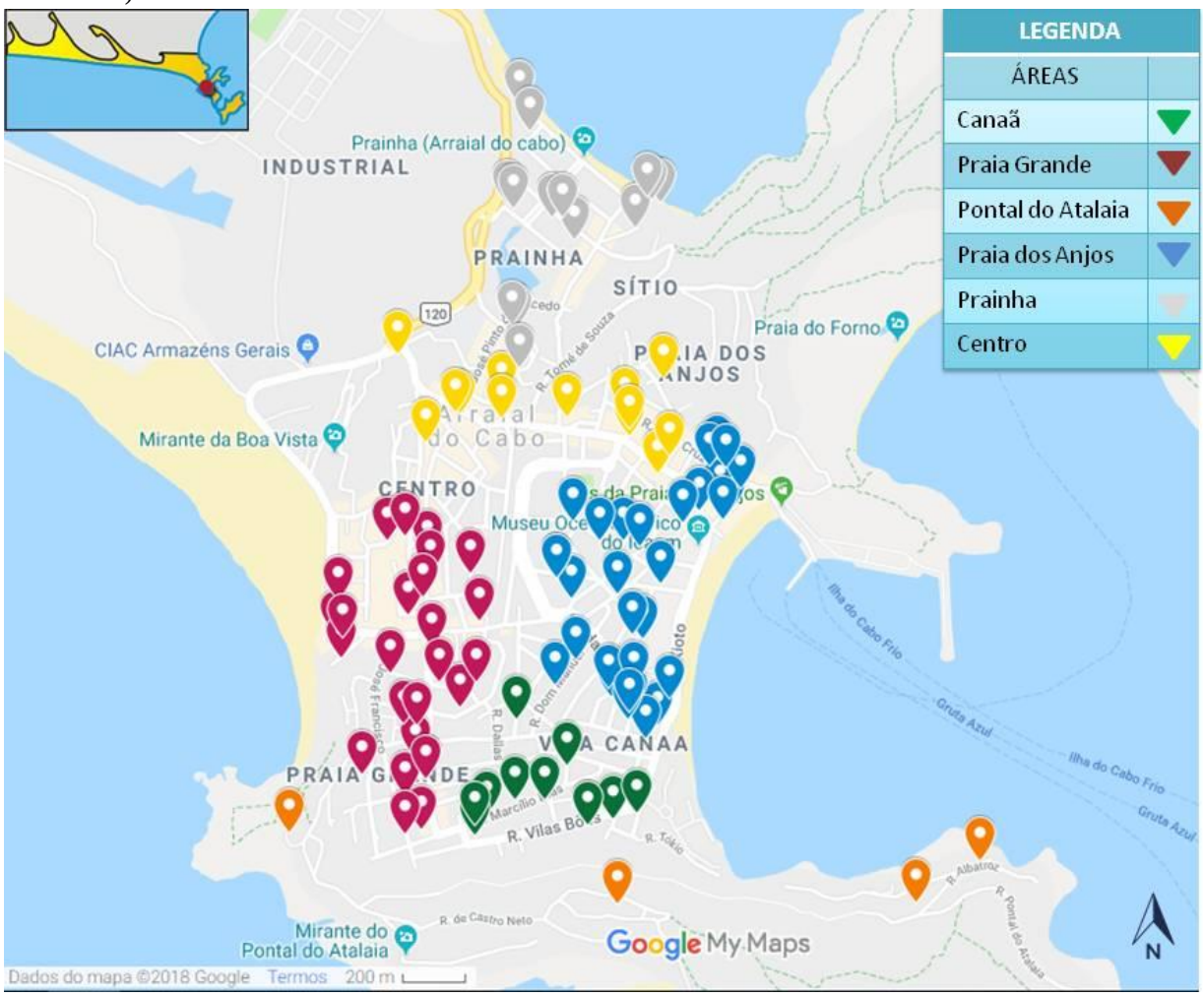
Figura 1. Imagem das áreas de pesquisa no distrito-sede de Arraial do Cabo



Fonte: Adaptado do Google Maps, MyMaps.

Posteriormente os meios de hospedagem foram divididos da mesma forma (Figura 2): Canaã (11), Praia dos Anjos (32), Centro (14), Monte Alto/Figueira (3), Praia Grande (25), Pontal do Atalaia (3) e Prainha (14).

Figura 2. Imagem da organização espacial hoteleira do distrito-sede de Arraial do Cabo, RJ (dividida pelas áreas delimitadas)



Fonte: Adaptado do Google Maps, MyMaps.

O terceiro momento compôs-se pela pesquisa de campo, com a aplicação de questionários semiestruturados aos trabalhadores dos meios de hospedagem, a partir da técnica de sondagem. A sondagem é todo o processo de planejar e conduzir um estudo envolvendo a coleta de informação de diversos participantes, utilizada quando informações quantificadas forem relevantes e quando o relato do próprio participante sobre seu comportamento e/ou atitude é aceitável como fonte de informação (VEAL, 2011).

Cabe destacar que escolhemos realizar a pesquisa com os trabalhadores da hotelaria dada a sua dimensão e importância dentro do setor turístico brasileiro, especialmente sobre o uso intensivo de mão-de-obra em todos os níveis de formação e qualificação.

A amostra utilizada foi a não-probabilística por permitir acesso a um conhecimento detalhado e circunstancial da vida social (DESLAUIRES; KÉRISIT, 2008), selecionando os

hotéis por conveniência (a partir de critérios definidos) e os trabalhadores de cada estabelecimento selecionados de forma aleatória, conforme disponibilidade.

A coleta de dados do campo foi realizada em cinco dias do mês de janeiro de 2018: 24/01 (quarta-feira), 25/01 (quinta-feira), 26/01 (sexta-feira), 29/01 (segunda-feira) e 30/01 (terça-feira).

Obtivemos aproximadamente 2 a 3 entrevistados por meio de hospedagem, distribuídos em 21 estabelecimentos, totalizando 52 questionários completos.

O processo de construção do questionário nos permitiu manter o rigor científico pretendido, uma vez que ele foi construído a partir das propostas de análise sobre multiterritorialidade proposta por Haesbaert (2007, p. 23). Suas discussões têm como intuito distinguir: a) os agentes que promovem a multiterritorialização e as profundas distinções em termos de objetivos, estratégias e escalas; b) o caráter mais simbólico ou mais funcional da multiterritorialidade; c) os níveis de compressão espaço-tempo nela incorporados, as múltiplas "geometrias de poder" dessa compressão, em seu sentido potencial ou efetivo de sua realização (também nos aspectos da mobilidade); d) o caráter contínuo ou descontínuo da multiterritorialidade, entendendo até que ponto ela ocorre pela justaposição de múltiplos territórios ou corresponde à conexão de múltiplos territórios, em rede (distinção entre territórios-zona e territórios-rede); e) a combinação de "tempos espaciais" incorporada à multiterritorialidade, analisando as implicações das múltiplas territorialidades acumuladas desigualmente ao longo do tempo (SANTOS, 1978) na construção da multiterritorialidade.

O município de Arraial do Cabo (RJ), mais especificamente na mesorregião de governo das Baixadas Litorâneas; no âmbito turístico pertence à região turística da Costa do Sol. Limita-se ao norte com o município de Cabo Frio, a leste e a sul com o Oceano Atlântico, e a oeste com o município de Araruama (Figura 3). Sua área terrestre é de 160,287 km² onde vivem cerca de 30 mil habitantes (IBGE, 2018).

Figura 3. Mapa de localização do município de Arraial do Cabo

Fonte: Adaptado do Mapa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Fundação CEPERJ.

Arraial do Cabo tem sua história composta por três períodos socioeconômicos distintos, que se confundem tornando sua realidade atual heterogênea e complexa: a pesca; o período da Álcalis; e o fenômeno do turismo. Até meados da década de 1950, a pesca era a principal fonte de renda e reprodução social da população cabista. A partir disso, com a instalação da Álcalis, a mineração passou a ser a principal atividade econômica responsável pela geração de renda dos moradores, juntamente com a pesca. Com o encerramento de sua operação em 2006, muitos ex-funcionários voltaram-se inteiramente para a pesca, que já se encontrava em declínio. O turismo está presente nesses períodos de maneira menos ou mais intensa, e com a construção da Ponte Rio-Niterói na década de 1970 e influências dos fluxos turísticos dos municípios do entorno, Arraial do Cabo teve sua atividade turística potencializada. Com a rápida dinamização do turismo na década de 1980, ocorreu uma ampliação da demanda por residências para veraneio, expandindo os loteamentos e aumento expressivo dos meios de hospedagem (FRATUCCI, 2000; SANTIAGO; DESLANDES, 2011).

5. Resultados e Discussão

5.1 Movimentos pendulares diários, de lazer e sazonais dos trabalhadores do turismo.

À luz da teoria discutida anteriormente, sabendo que a multiterritorialidade atualmente se mostra complexa pela possibilidade de experimentarmos "vários territórios ao mesmo tempo e de, a partir daí, formular uma territorialização efetivamente múltipla" (HAESBAERT, 2004, p. 344), um mesmo indivíduo carrega consigo diversas territorialidades e características inerentes a ele, e por isso cada um ou cada grupo se mostram de uma forma específica.

Portanto, para entender como esse grupo se apresenta, no primeiro momento, os trabalhadores podem ser divididos entre dois grupos: *trabalhadores moradores* (42 entrevistados) (moradores nativos e moradores migrantes) e *trabalhadores não moradores* (10 entrevistados) (indivíduos que trabalham na localidade que realizam migração pendular diária – regional; e migração sazonal - nacional e internacional).

Nos movimentos intramunicipais dos *trabalhadores moradores* não percebemos um padrão que se destaca sobre as áreas que residem e que trabalham. Isso ocorreu porque pela dimensão territorial reduzida do município, uma vez que o tempo médio de deslocamento para chegar ao trabalho é cerca de 10 minutos, em sua maioria a pé.

Os locais de lazer destes trabalhadores moradores se estendem, sobretudo, a Cabo Frio e Arraial do Cabo, incluindo praticamente os mesmos lugares e abrangendo um número reduzido de locais. A primeira vista, podemos supor que, ainda que esses indivíduos transitem por territórios por eles escolhidos, seus deslocamentos se encontram articulados em rede, dentro de um tipo de bolha onde têm (todas) suas necessidades básicas (e suas práticas culturais) garantidas, em uma multiterritorialidade mais funcional do que simbólica (HAESBAERT, 2014) que, de alguma forma, podem ser consequência ou causa (dialogicamente) de uma possível restrição de suas mobilidades.

Sobre os *trabalhadores não moradores*, seus movimentos pendulares são realizados a partir dos municípios de Cabo Frio ou São Pedro d´Aldeia. Seus deslocamentos demoram em média 45 minutos, metade utiliza ônibus e outra metade carro. No geral, trabalham em estabelecimentos hoteleiros maiores (em número de unidades habitacionais), e possuem ensino superior completo. Desse grupo, ninguém nasceu em Arraial do Cabo e a metade é advinda de fora da região e do próprio estado do Rio de Janeiro.

Sobre seus locais de lazer, percebemos que os trabalhadores não moradores não possuem nenhuma relação com o município de Arraial do Cabo a não ser de trabalho, pois não o frequentam a lazer e pouco discorreram nas perguntas mais específicas sobre o turismo no município. Mas, por sua vez, frequentam em Cabo Frio os mesmos locais que os trabalhadores moradores de Arraial do Cabo.

A partir dessas informações averiguadas, podemos afirmar que seus territórios-rede para trabalho são mais densos pelo caráter funcional, tanto em seus deslocamentos quanto no nó receptor (Arraial do Cabo). Exercem movimentos diários pendulares que são pouco territorializadores e possuem fraca expressão simbólica com o território, se caracterizando mais pela lógica funcional, de ir e voltar do trabalho para a residência (HAESBAERT, 2014). Desse modo, Arraial do Cabo se configura estritamente como um nó que se manifesta para esses indivíduos a partir de relações de trabalho, uma vez que em seus processos de reterritorialização se mostram pouco fortalecidos simbolicamente.

Nesse sentido, corroboramos com Fratucci (2008) ao afirmar que no jogo complexo de territorialização, os trabalhadores do setor turístico ora se apropriam do espaço de forma zonal, misturando seu lugar de vida com o seu espaço de trabalho (no caso dos trabalhadores moradores), ora se apropriam apenas reticularmente, vislumbrando o destino turístico apenas como espaço de trabalho (trabalhadores não moradores do município).

O número de pessoas “de fora” se mostrou muito expressivo (32 indivíduos), e por isso cabe um breve panorama sobre os fluxos dos trabalhadores para além da região e dos movimentos diários, e por concordamos com Hall (2005), ao afirmar que as mobilidades precisam ser examinadas ao longo da duração do ciclo de vida, de modo que as ligações e relações entre as diferentes formas de mobilidades "temporárias" e "permanentes", particularmente o turismo e a migração de conveniência.

Podemos separar as motivações que levaram as pessoas a saírem de suas cidades de origem e escolher Arraial do Cabo em três grandes eixos: *caos urbano*, *questões familiares* e *emprego*.

Ao falarmos de caos urbano estamos nos referindo à agitação, desordem, violência e poluição das grandes cidades onde esses indivíduos moravam. São advindos em sua maioria do Rio de Janeiro e Niterói e escolheram Arraial do Cabo por conta de sua calmaria, tranquilidade e segurança.

A maioria dos entrevistados afirmou que o motivo maior que os fizeram se mudar para Arraial do Cabo, ou municípios próximos, tem relação com questões familiares, com o intuito de para ficar mais próximo de um parente ou pelo então futuro conjugue morar na região. São advindos basicamente de outras cidades do próprio estado do Rio de Janeiro e de outros estados brasileiros, configurando um território-rede mais amplo que do primeiro grupo.

As migrações motivadas pela busca de emprego podem ser analisadas na dimensão da mobilidade do trabalho, ou seja, mudança de residência motivada pelo trabalho (CORIOLANO; FERNANDES, 2014). Os locais de origem destes indivíduos entrevistados se demonstraram diversos, advindos de outros estados e de outros países, como Argentina, geralmente com o objetivo empreender ao abrir o próprio negócio. Neste caso, seus territórios-rede se ampliam a nível internacional.

Em linhas gerais, existe (relativa) concordância de que as apropriações do espaço de trabalho têm como predominância caráter funcional e no espaço doméstico caráter simbólico. No entanto, ao refletirmos sobre os *trabalhadores que moram nos locais onde exercem sua atividade laboral*, acreditamos que esses indivíduos possuem distintos graus de apropriações simbólico e funcional.

Nesses casos não existe mobilidade física, mas sim territórios de caráter subjetivo mais flexíveis que permeiam as lógicas territoriais. Estão em processo de transterritorialização nos espaços sem que seus sujeitos, obrigatoriamente, transitem fisicamente por múltiplos territórios.

Os trabalhadores que moram nos meios de hospedagem podem ser divididos entre: os donos do estabelecimento (pousadas familiares e albergues) e funcionários temporários que trabalham em alta temporada (voluntários e remunerados).

O fato de os indivíduos morarem nos locais onde trabalham faz com que sua relação com o espaço apropriado seja complexa. Essa ausência de uma definição clara pode ser vista pelas respostas de perguntas como ‘quantas horas trabalha no estabelecimento?’, ‘qual o cargo que ocupa?’. Não sabiam quantas horas ao certo passam trabalhando, já que a qualquer momento podem exercer alguma atividade relativa ao meio de hospedagem. Inclusive, essas atividades podem variar também, uma vez que não estão sempre enquadrados em uma função de um cargo específico.

As mesmas instalações são para esses indivíduos território de trabalho e de moradia, e essa realidade dual (quase) concomitante pode fazer com que um território interfira no outro recursivamente de maneira explícita ou tênue.

Por essa diferença entre os usos territoriais dos distintos indivíduos, destacamos que é de grande importância relativizar e não generalizar os cargos, funções e posições dos trabalhadores a partir seus processos de apropriação espacial. Mas sim, observar de forma singular e atenta à cada realidade.

Já os trabalhadores que moram no meio de hospedagem temporariamente exercem uma migração sazonal de forma recorrente ou não. Observamos que a prática do lazer é adicionada aos territórios desses trabalhadores mais nitidamente, dos quais já possuem inter-relações com as práticas de trabalho e de moradia (ainda que temporária). Seus processos de territorialização são mais intensos em um curto espaço de tempo, por ser sazonal (cerca de 3 meses) e circular (ida e volta), além disso seus territórios-rede são abrangentes (originários de outros estados e países).

Ao olharmos essas primeiras ponderações propomos fornecer uma visão mais “organizada” para os deslocamentos e processos de territorialização dos trabalhadores, pautados por seus territórios-rede. Todavia, temos a consciência que a distinção entre mobilidade cotidiana/residencial e mobilidade rara se torna cada vez mais difícil, pois entre elas, o que era uma grande separação pouco a pouco se fecha. As rotinas totalmente

repetitivas se tornam raras, enquanto as mobilidades profissionais ou de lazer ocupam quase todas as situações intermediárias entre a reprodução sem modificação nenhuma e a inovação radical (LÉVY, 2001).

Colocamos uma lente na tríade territórios de trabalho, residência e lazer dos entrevistados a partir das discussões da multiterritorialidade, e assim as reflexões seguiram de acordo com as informações do campo. Contudo, reconhecemos que a realidade posta não se mostra tão delimitada e engessada por esses três momentos.

Por isso, é necessário então se desvencilhar dessas binaridades clássicas para apreender a nervura própria do campo social, a partir de indagações "sobre os campos de experiência em suas novas configurações, não mais as relações de classe de antes", incluindo também as "miríades de outras situações de trabalho que hoje compõem o mundo urbano" (TELLES, 2006, p. 192).

5.2 Multi/Transterritorialidade e mobilidade dos trabalhadores do turismo de Arraial do Cabo, RJ

Ampliando o olhar para todos os trabalhadores do turismo, moradores ou não de Arraial do Cabo, cabe pontuar discussões a partir de suas especificidades como foco na ocorrência de processos de multi/transterritorialidade e mobilidade desses trabalhadores.

Ao longo das entrevistas e conversas informais posteriores, alguns comentários indicando a insatisfação sobre oferta de lazer em Arraial do Cabo foram recorrentes. Alguns trabalhadores disseram não possuir tempo destinado para o lazer e que "Arraial não tem nada para fazer", "Morava em Arraial, mas não tinha nada para fazer", "Arraial é uma roça", "Arraial é muito vazio, o restante do ano não tem nada".

De modo geral, a oferta turística e de lazer de Arraial do Cabo nos parece ser suficiente para a demanda atual de turismo (sol e praia; turismo náutico) no município. No entanto, para a população a oferta de muitos serviços ainda é insuficiente, principalmente a cultural e de lazer. Alguns moradores comentam que em alta temporada existem algumas atrações, voltadas para o turista, as quais eles também usufruem. O comentário de um recepcionista resume bem a percepção dos entrevistados: "Quando os turistas vêm tem mais coisa para fazer na cidade. Ainda é pouco, mas a cidade fica movimentada".

Tais declarações nos direcionam as discussões sobre mobilidade de Lévy (2001), ao afirmar que devemos considerar a mobilidade como um sistema de movimentos potenciais, chamados de virtualidades, que podem ser classificadas em três categorias: mobilidade como *possibilidade*, mobilidade como *competência* e mobilidade como *capital*.

Primeiro, a mobilidade torna-se possível porque existe uma oferta de mobilidade pela acessibilidade aos transportes e pela a variedade de escolha entre os bens ou serviços e, com isso, a possibilidade de escolher entre os lugares para acessar a partir do deslocamento

revelam-se decisivos. O que importa, definitivamente, é a relação triangular entre o desejado, o possível e o realizado, uma relação onde cada pólo exerce influência sobre os outros (LÉVY, 2001).

Em seguida a mobilidade é efetiva por que os seus operadores possuem uma competência de mobilidade caracterizada pela relação entre o espaço virtual das mobilidades oferecidas e o espaço das mobilidades realizadas. Já a mobilidade como capital social seria o conjunto constituído pela possibilidade, pela competência e pelas arbitragens que a segunda permite sobre a primeira, possibilitando ao indivíduo desdobrar melhor a sua estratégia no interior da sociedade (LÉVY, 2001).

Dito isso, a realidade do município nos permite afirmar que os trabalhadores do turismo de Arraial do Cabo possuem restrições sobre suas mobilidades. Por não possuírem uma oferta de atividades e equipamentos de lazer satisfatórios, a mobilidade como possibilidade não se desenvolve, fazendo com que as suas mobilidades como competência e capital não sejam estimuladas.

Reflexões anteriores sobre seus fluxos de trabalho e lazer realizados em rede, inseridos em um tipo de bolha, caracterizada por uma multiterritorialidade mais funcional do que simbólica, se confirmam, uma vez que o engessamento da mobilidade desses indivíduos também restringido pela oferta (in)disponível.

Ao contrapor a oferta de lazer que satisfaz os turistas e aos trabalhadores entendemos que existem diferenças entre seus usos territoriais como um todo, isso porque a multiterritorialidade também pode ser vista a partir do encontro do trabalhador com o turista.

A primeira vista, a diferença entre seus usos territoriais recai sobre a distinção entre a vivência de múltiplos territórios (trabalhador) e a efetiva multiterritorialidade articulada em territórios flexíveis (turista), traduzidos, respectivamente, pela imobilidade do trabalhador diante da mobilidade nítida do turista, revelando uma aparente. Tal realidade está pautada em mobilidades diferenciadas, entre esses dois agentes resultado da nuance irônica das mobilidades turísticas: para que uns exerçam suas mobilidades outros permanecem imobilizados.

Tal mobilidade diferencial e o controle de alguns grupos podem enfraquecer de forma ativa o poder de outras pessoas, a compressão espaço-tempo de alguns grupos pode destruir o poder de outros grupos (MASSEY, 1993 *apud* HAESBAERT, 2004).

Por outro lado, saindo de uma visão de diferenciação entre esses dois agentes sociais, ao resgatarmos discussões de sobre a transterritorialidade, podemos afirmar que ao passo da ocorrência do encontro com o turista, o trabalhador pode transitar por outras territorialidades, basicamente simbólicas, a partir das trocas culturais e, por isso, este indivíduo “está-entre” territórios, ocasionando uma situação muito mais híbrida e nova (HAESBAERT; MONDARDO, 2010).

No caso de Arraial do Cabo e dos entrevistados, ao levarmos em consideração esses encontros percebemos que, de modo geral, suas territorialidades podem se apresentam mais estáveis do que instáveis, não ocorrendo mudanças atenuantes em longo prazo entre os dois elementos (RAFFESTIN, 1993).

Tal elucidação foi baseada nas percepções dos trabalhadores sobre não haver locais destinados exclusivamente aos visitantes e aos moradores, entendendo essa "mistura" como um fator positivo. Muitos completavam a resposta afirmando que "os turistas só frequentam os lugares porque nós levamos" ou "a gente leva os turistas quando não está trabalhando". Essa ideia mostra que o trabalhador morador se vê dono, pertencente ao lugar e recepciona o visitante, acreditando que os turistas só frequentam os mesmos espaços quando o morador leva. O encontro "amigável" entre turistas e trabalhadores pode ser reforçado pelo comentário de um gerente ao afirmar que "o morador tem curiosidade de saber mais sobre o turista, já o turista se sente mais acolhido, conhecedor da cidade".

Outra questão que reforça a realidade do município sobre a coexistência do trabalhador/morador com o turista está relacionada com a grande quantidade de casas de segunda residência, onde a mistura entre os moradores permanentes com os temporários é potencializada. Essa mescla é vista sobre as estruturas mais funcionais, de casa e apartamentos, mas também em relação à identidade, sendo confirmada com a fala de uma trabalhadora ao relatar que "não conseguimos mais saber quem é cabista e quem não é. Todos andam pelos mesmos lugares e fazem as mesmas coisas".

Embora não haja uma segregação espacial urbana nítida e recortada em relação aos territórios físicos do turista, a partir do momento que a oferta de atividades de lazer e cultura não contempla os moradores, existe uma exclusão simbólica e sutil relacionada à mobilidade desigual, como afirmamos anteriormente.

Ao longo das entrevistas percebemos que muitos transitavam entre discurso como "morador" e como "trabalhador". Na prática diária desses indivíduos pouco importa a definição exata de seus "momentos", mas para entender as dinâmicas territoriais dos trabalhadores é importante destacar esse trânsito entre territorialidades.

A transição de papéis de um indivíduo dentre as classificações dos agentes sociais é recorrente: trabalhador ora fala como morador, ora como trabalhador, demonstrando que "está-entre" essas territorialidades, configuradas a partir de processos de transterritorialidade.

Isso porque enquanto a multiterritorialidade pode implicar a passagem de um território para outro, assumindo-se novas condições em momentos diferentes de um mesmo processo, como os territórios de trabalho, domicílio e lazer claramente delimitados, a transterritorialidade vai além. (HAESBAERT; MONDARDO, 2010).

Quando havia uma indefinição sobre qual lugar de fala do entrevistado, a seguinte indagação nos remeteu: os proprietários dos meios de hospedagem poderiam ser incluídos no grupo dos trabalhadores do turismo?

Por um lado, acreditamos que sim, pois não são todos os proprietários que exercem um tipo de multiterritorialidade flexível. Em uma escala mais reduzida existem muitos empreendimentos de pequeno porte com poucos funcionários e um dono, sendo que eles praticamente realizam as mesmas funções. Porém, em um hotel de grande porte conseguimos ver nitidamente aqueles que consideramos trabalhadores e os agentes de mercado, caracterizado pelo dono da rede.

O empresário local quase sempre de menor porte, adota a lógica zonal, mas permanente, tendo em vista sua relação com aquele território, abrangendo suas relações pessoas de vida. Já o empresário exógeno, normalmente representado por grandes empresas e empreendimentos, tende a adotar uma lógica mais reticular, flexível. (FRATUCCI, 2008).

Contudo, delimitar esse recorte sempre que analisarmos os trabalhadores do turismo nos parece leviano. Não devemos negar as relações de poder presentes em relações hierarquizadas nos cargos e funções no trabalho do turismo. A condição desfavorável de um empregado tem relação direta com a posição de seu empregador.

Pela ótica marxista, os donos não poderiam ser incluídos como trabalhadores, uma vez que são proprietários de um meio de produção, e não somente oferecem sua força de trabalho. Paiva e Vargas (2010) destacam o proprietário dos meios de produção e consumo, agentes articulados com atividades relacionadas ao comércio e serviços e a terra urbana cumpre um duplo papel para os proprietários dos meios de produção: suporte físico e expressão dos requisitos locacionais da atividade (fator que os diferenciam dos trabalhadores).

6. Algumas considerações para finalizar

O olhar aqui proposto sobre os trabalhadores do turismo é apenas um dos olhares do qual podemos observá-los. Para se ter uma visão mais abrangente da realidade é preciso congregar pesquisas e abordagens nos fazendo valer da rica interdisciplinaridade que esta área de conhecimento possui.

Os trabalhadores do turismo de Arraial do Cabo foram observados a partir da multiterritorialidade em dois momentos: os movimentos pendulares diários, de lazer e sazonais e seus processos de multi/transterritorialidade e mobilidades.

Vale destacar alguns “achados” que o campo nos permitiu observar à luz da teoria: os territórios de lazer, os processos de transterritorialidade dos trabalhadores do turismo de Arraial do Cabo e o protagonismo para o olhar do trabalhador.

Ao levar em consideração que um determinado destino turístico, nesse caso Arraial do Cabo, é intensamente apropriado pelo e para o turismo, estudar os territórios de lazer do trabalhador nos pareceu fundamental. Isso porque o trabalhador se encontra com o turista e a dicotomia entre as duas intensidades das lógicas funcionais e simbólicas se confrontam,

demonstrando que o trabalho no contexto do turismo interfere e é interferido nas/pelas estruturas de poder nesta realidade multiterritorial; e isso é instigante.

Os fluxos dos trabalhadores do turismo não se restringem somente aos movimentos pendulares diários , mas sim a todos os tipos de mobilidades, uma vez que nossas próprias identificações e referências espaço-simbólicas são feitas não apenas no enraizamento, no fixo, mas também na mobilidade, incluindo os territórios de lazer.

Os locais que os trabalhadores do turismo deste município frequentam são muito similares, resultado de deslocamentos articulados em rede, porém dentro de um tipo de bolha onde têm (todas) suas necessidades básicas (e suas práticas culturais) garantidas, em uma multiterritorialidade mais funcional do que simbólica.

Somado a isso, a carência da oferta de lazer e cultura do município, limitando as articulações da maioria dos trabalhadores, percebemos que suas mobilidades se apresentam restritas, basicamente em sua condição da possibilidade.

Por isso, é inevitável a correlação entre a vivência de múltiplos territórios, zonal do trabalhador e a aparente efetiva multiterritorialidade articulada em territórios flexíveis, reticular do turista, acarretando a imobilidade do trabalhador e mobilidade nítida do turista.

Se nos atentarmos por esta ótica, seria fantasioso afirmar que o aumento do fluxo de turistas estimularia o investimento e crescimento da cidade (discurso amplamente proferido para justificar certas ações políticas). Portanto, indagamos: Por que seria do interesse do poder público estimular uma maior oferta de lazer e cultura em Arraial do Cabo, se o fluxo de turistas que vai à cidade está procurando seus recursos naturais, e não estruturas de lazer e cultura que já possuem em seus territórios de origem?

O espaço urbano de Arraial do Cabo não é, de certa forma, segregado fisicamente, por não existirem lugares destinados para o turista e para o morador. Porém, ao passo que a oferta de atividades de lazer não contempla os moradores, existe uma exclusão simbólica do espaço, resultado da preferência da manutenção de infraestruturas turísticas visando mais especificamente os turistas do que uma efetiva ação para a população.

Sobre a transterritorialidade, pontuamos três colocações acerca do turismo.

O primeiro é exatamente o encontro entre o turista e o trabalhador, pois ao realizarem trocar culturais simbólicas, os indivíduos “estão-entre” territórios.

Outro ponto é sobre a capacidade de um mesmo indivíduo estar atuando em territorialidades (quase) simultâneas ao confundir seus territórios de trabalho com o doméstico e de lazer, relacionados dialogicamente. Eles estão transitando por territórios, e ao serem observados a partir do território do turismo, seus processos de des/reterritorialização podem se tornar mais complexos.

A terceira observação é sobre a possibilidade de esse indivíduo transitar entre papéis, e como consequência territórios, dentre as classificações dos agentes sociais estabelecidas.

Tais possibilidades de análise, a partir da transterritorialidade, reforçam a possibilidade do entendimento sobre as interações estabelecidas entre os agentes sociais do turismo e deles com os outros sistemas que formam o meta-sistema onde se inserem, ou seja, um olhar mais abrangente pelo espaço turístico. Tópico esse que carece maior aprofundamento.

Portanto, ao olharmos o trabalhador do turismo a partir de uma lógica dialógica entre teoria e prática, precisamos avançar na epistemologia do turismo, mais especificamente sobre os agentes sociais do turismo ou grupos que agem e são afetados por esse fenômeno, sobretudo os trabalhadores do turismo.

7. Referências

ALLIS, Thiago. Em busca das mobilidades turísticas. **PLURAL**, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, vol. 23, nº. 2, 2016.

BAPTISTA, Maria Luiza Cardinale. Cartografia de Saberes na Pesquisa em Turismo: Proposições Metodológicaspara uma Ciência em Mutação. **Revista Rosa dos Ventos**, vol. 6, nº 3, jul/set, 2014.

CORIOLANO, Luzia Neide Menezes Teixeira; FERNANDES, Laura Marques. Da mobilidade do trabalho à mobilidade no turismo. **ABET**, Juiz de Fora, vol.4, nº.1, jan/abr, 2014, p. 45 -52.

DESLAUIRES, Jean-Pierre; KÉRISIT, Michèle. O delineamento da pesquisa qualitativa. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008.

FRATUCCI, Aguinaldo Cesar. **A dimensão espacial nas políticas públicas brasileiras de turismo**: as possibilidades das redes regionais de turismo. 308 f. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ), 2008.

_____. **O ordenamento territorial da atividade turística no Estado do Rio de Janeiro**: processos de inserção dos lugares turísticos nas redes do turismo. 2000. 177 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ), 2000.

_____. Turismo e território: relações e complexidades. **Caderno Virtual de Turismo**. Edição Especial: Hospitalidade e políticas públicas em turismo. n.14, v.1, 87-96, 2014.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. Território e Multiterritorialidade: um debate. **Revista GEOgraphia**, ano IX, nº17; Brasil, 2007.

_____. **Viver no limite**: território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand, 2014.

HAESBAERT, Rogério; MONDARDO, Marcos. Transterritorialidade e antropofagia: territorialidades de trânsito numa perspectiva brasileiro-latino-americana. **Revista GEOgraphia**, Niterói: RJ, vol. 12, nº 24, 2010.

HALL, Michael. Reconsidering the Geography of Tourism and Contemporary Mobility. **Geographical Research**, vol. 43, nº. 2, 2005.

IBGE, Cidades. **Panorama Arraial do Cabo**, RJ. 2018. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/arraial-do-cabo/panorama> Acesso em 23 de abril de 2018.

LÉVY, Jacques. Os novos espaços da mobilidade. **GEOgraphia**. Revista de Pós-Graduação em Geografia do Departamento de Geografia da UFF. Rio de Janeiro, ano 3, nº. 6, 2001.

MELLIANI, Paulo Fernando; GOMES, Edvânia Tôrres Aguiar. Contradições entre a importância do trabalhador e a precarização das relações de trabalho no turismo: notas primeiras de uma pesquisa de tese para doutoramento. **Revista Turismo e Desenvolvimento**, nº. 3, 2010.

MOESCH, Marutschka Martini. **Epistemologia Social do Turismo**. Tese (Doutorado) - ECA/USP, São Paulo, 2004.

MORIN, Edgard. **Ciência com consciência**. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

PAIVA, Ricardo Alexandre; VARGAS, Heliana Comin. Os agentes produtores e consumidores do "espaço turístico". In: **III Colóquio [Inter]Nacional (CINCCI) sobre o comércio e cidade**: uma relação de origem. São Paulo, 2010.

PERPETUA, Guilherme Marini. Movimentos Pendulares e acumulação do capital. **Revista Pegada**, vol. 11, nº. 2, 2010.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RODRIGUES, Adyr Ballesteri. Turismo e territorialidades plurais– lógicas excludentes ou solidariedade organizacional. In: **América Latina: cidade, campo e turismo**. Amalia Inés Geraiges de Lemos, Mónica Arroyo, María Laura Silveira. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, San Pablo. Diciembre, 2006.

SANTIAGO, Rodrigo Bastos; DESLANDES, Rafael. Políticas públicas e ordenamento territorial em áreas de preservação ambiental na Região dos Lagos, Rio De Janeiro. **Revista Geográfica de América Central**, vol. 2, julio/diciembre, 2011.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 5ª ed, 2008.

SOUZA, Marcelo Lopes. de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

TELLES, Daniel Hauer Queiroz; VALDUGA, Vander. O "espaço turístico" a partir da multiescalaridade territorial: Complexidade e sistematização conceitual. **ABET**, Juiz de Fora, vol.5, nº. 3, set./dez. 2015.

TELLES, Vera da Silva. Mutações do trabalho e experiência urbana. **Tempo Social**, Revista de Sociologia da USP, vol. 18, nº. 1, 2006.

VALDUGA, Vander. Sujeito turístico e espaço turístico: Possibilidades teórico-metodológicas para os estudos do turismo. **Revista Turismo e Desenvolvimento**, nº 17/18, 2012.

VEAL, A. J. **Metodologia de pesquisa em lazer e turismo**. São Paulo: Aleph, 2011.